

Um “instantâneo” do mercado de trabalho gaúcho ao final dos anos 90*

*Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho***

Nesta edição da revista **Indicadores Econômicos FEE**, o artigo **O Emprego Formal no RS nos Anos 90: diferenciais na retração**, de autoria de pesquisadores do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, consolida os primeiros resultados de uma investigação que visa aprofundar o conhecimento das trajetórias recentes dos mercados de trabalho nas diferentes regiões do Estado. Essa pesquisa, na medida em que tem como condição a construção de séries contínuas e atualizadas de dados em âmbito municipal, nutre-se fundamentalmente das bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ressentindo-se, portanto, do fato de que as mesmas se restringem ao emprego formal.

Até mesmo para permitir que se dimensione o alcance dos resultados obtidos, considerou-se importante tomar como referência um quadro geral do mercado de trabalho gaúcho, na forma como ele é apreendido pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Essa fonte, por sua vez, tem a limitação de não permitir a obtenção de dados municipalizados. Entretanto proporciona, em nível do agregado do Estado¹, informações sobre a População em Idade Ativa (PIA), independentemente da condição de atividade dos indivíduos (economicamente ativos ou inativos e, dentre os primeiros, ocupados ou desempregados). No conjunto dos ocupados, ademais, encontram-se abrangidas as diferentes posições na ocupação: emprega-

* Uma versão preliminar e reduzida deste texto foi distribuída pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) aos participantes do III Congresso Estadual de Educação Profissional — “Educação, Trabalho e Cidadania”, ocorrido em Porto Alegre, em dezembro de 1999.

** Sociólogo, Técnico da FEE.

O autor agradece à colega Miriam de Toni (FEE/PED) o aporte — ensejado em trabalho anterior (De Toni, Xavier Sobrinho, 1998) — de conhecimentos valiosos para a análise dos dados das PNADs.

¹ A PNAD oferece, também, tabulações referentes à Região Metropolitana de Porto Alegre.

dos no setor privado (com ou sem carteira de trabalho assinada), funcionários públicos estatutários e militares, trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na produção para consumo próprio e trabalhadores na construção para uso próprio.

O recurso às informações do mercado de trabalho em seu conjunto revelou-se de grande importância para que se relativize a acuidade de uma análise restrita ao mercado formal. A RAIS/97 computou 1.760.492 trabalhadores formalmente empregados, no Estado, ao final do ano de 1997.² O universo abarcado pelos registros administrativos do MTE corresponderia, assim, a uma terça parte da População Economicamente Ativa (PEA) e à 35% do contingente de trabalhadores ocupados no Estado, se se tomarem como referência os resultados da PNAD do mesmo ano³ (Tabela 1).

Tabela 1

Indicadores do mercado de trabalho segundo a RAIS/97 e a PNAD/97 e razão RAIS/PNAD no Rio Grande do Sul — 1997

INDICADORES	NÚMERO DE INDIVÍDUOS	RAZÃO (numerador = emprego formal RAIS/97)
Emprego formal (RAIS/97)	1 760 492	1,00
População em Idade Ativa (PNAD-IBGE/97)	8 015 350	0,22
População Economicamente Ativa (PNAD-IBGE/97)	5 369 428	0,33
Emprego formal (PNAD-IBGE/97) (1)	1 840 503	0,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE/RAIS-97.
IBGE/PNAD-97.

(1) Soma dos empregados com carteira assinada (exceto domésticos), estatutários e militares.

² A dimensão do emprego formal que se obtém na PNAD do mesmo ano apresenta pequena discrepância: o total de assalariados com carteira assinada (excluído, como na RAIS, o emprego doméstico), somado ao dos funcionários públicos estatutários e militares, perfaz um contingente de 1.840.503 indivíduos. Dessa forma, o indicador produzido pelo Ministério do Trabalho equivaleria a 96% do emprego formal apreendido pela PNAD (Quadro 1), grau de cobertura bastante satisfatório.

³ Deve-se ressaltar que se tomam apenas indicativamente essas comparações entre os dados das duas fontes secundárias, pois não se poderia, rigorosamente, tratar de forma articulada informações de tal forma heterogêneas. Dentre as inúmeras diferenças metodológicas que existem entre as duas pesquisas, destaca-se que a PNAD é uma pesquisa **amostral** que tem como informante a **população**, diferentemente da RAIS, que consolida registros administrativos do **universo** de **empresas** declarantes.

Com a perspectiva de complementar a pesquisa do NET com dados selecionados da edição de 1997 da PNAD,⁴ realizou-se esta breve análise, que destaca as informações referentes àqueles segmentos da força de trabalho cuja inserção no mercado não é contemplada nas bases do MTE. Numa primeira seção, caracterizam-se as variáveis de cunho demográfico do mercado de trabalho — População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e taxa de participação; em seguida, aborda-se o perfil dos desempregados no Estado, destacando-se os diferenciais das taxas de desemprego segundo atributos dos trabalhadores; na terceira seção, aborda-se a distribuição da população ocupada de acordo com a posição na ocupação, salientando-se a problemática da precarização; na quarta seção, analisam-se indicadores relativos aos rendimentos do trabalho, conferindo-se ênfase à forma como a escolaridade dos indivíduos se correlaciona com suas remunerações.

1 - Uma perspectiva demográfica: perfil da PEA, da PIA e dos ocupados

Em 1997, no Rio Grande do Sul, de uma População em Idade Ativa (10 anos ou mais) de aproximadamente 8 milhões de pessoas, 66,99% tomavam parte no mercado de trabalho, quer como ocupados, quer como desempregados, o que equivale a uma População Economicamente Ativa de 5.369.428 trabalhadores. O percentual de homens economicamente ativos atingia 78,45%, ao passo que o das mulheres se limitava a 56,37%. Observa-se que a taxa de participação no mercado de trabalho era tão mais elevada quanto mais avançada a faixa etária, tendência que se verificava na população de 10 a 49 anos. Os indivíduos entre 50 e 59 anos tinham presença proporcionalmente menor, no mercado de trabalho, do que os do intervalo etário anterior, mas, ainda assim, superior à média geral. Na faixa de idade dos 60 anos em diante, a participação na PEA recua mais significativamente, atingindo 39,94% (Tabela 2).

⁴ No momento em que este texto recebe sua redação final (dezembro de 1999), o IBGE está disponibilizando uma **parcela** das tabulações do capítulo Trabalho da PNAD de 1998, referentes ao Rio Grande do Sul. Para que se contemplem todas as dimensões da análise desenvolvida no presente texto, considera-se a PNAD de 1997 como a mais recente. Entre os indicadores de 1998 a que ainda não se tem acesso, encontram-se aqueles relativos a escolaridade e rendimentos dos trabalhadores.

Tabela 2

Distribuição da População em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa e dos inativos e taxas de participação, segundo atributos pessoais, no RS — 1997

ATRIBUTOS PESSOAIS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA					SEM DECLA- RAÇÃO	TAXA DE PARTICI- PAÇÃO (%)
	Total	População Economicamente Ativa			Inativos (10 anos e mais)		
		Total	Ocupados	Desempregados			
Total	8 015 350	5 369 428	4 994 618	374 810	2 645 721	201	66,99
Homens	3 854 227	3 023 738	2 859 464	164 274	830 489	-	78,45
Mulheres	4 161 123	2 345 690	2 135 154	210 536	1 815 232	-	56,37
Idade							
De 10 a 14 anos	950 382	182 442	161 803	20 639	767 940	-	19,20
De 15 a 17 anos	573 167	282 545	220 262	62 283	290 622	-	49,30
De 18 e 19 anos	335 434	248 064	206 794	41 270	87 370	-	73,95
De 20 a 24 anos	760 736	599 210	536 395	62 815	161 526	-	78,77
De 25 a 29 anos	716 236	598 568	557 315	41 253	117 668	-	83,57
De 30 a 39 anos	1 623 263	1 408 430	1 332 204	76 226	214 833	-	86,77
De 40 a 49 anos	1 306 047	1 107 298	1 061 464	45 834	198 548	201	84,78
De 50 a 59 anos	779 275	555 150	538 141	17 009	224 125	-	71,24
De 60 anos ou mais	970 810	387 721	380 240	7 481	583 089	-	39,94
Situação do domicílio							
Urbano	6 387 544	4 037 022	3 682 212	354 810	2 350 321	201	63,20
Rural	1 627 806	1 332 406	1 312 406	20 000	295 400	-	81,85
Escolaridade							
Sem instrução e menos de 1 ano	576 649	287 531	265 091	22 440	289 118	-	49,86
De 1 a 3 anos	1 236 712	690 484	651 511	38 973	546 027	201	55,83
De 4 a 7 anos	3 512 484	2 325 129	2 170 327	154 802	1 187 355	-	66,20
De 8 a 10 anos	1 208 140	851 225	762 155	89 070	356 915	-	70,46
De 11 a 14 anos	1 073 701	864 098	805 505	58 593	209 603	-	80,48
De 15 anos ou mais	390 541	339 226	330 663	8 563	51 315	-	86,86
Não determinados e sem declaração	17 123	11 735	9 366	2 369	5 388	-	68,53

FONTE: PNAD-IBGE.

A presença do menor no mercado de trabalho era muito expressiva: aproximadamente 20% dos indivíduos com idade entre 10 e 14 anos trabalhava ou estava procurando ocupação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de participação saltava para quase 50%. Na soma dessas duas faixas, obtinha-se um contingente de aproximadamente 465 mil menores de idade integrando a PEA estadual, da qual representavam 8,66%.

Praticamente 80% da População em Idade Ativa do Estado habitava em zona urbana. Como a taxa de participação nas zonas rurais era superior (81,85%

da PIA eram economicamente ativos, contra 63,20% dentre os habitantes de zona urbana), os trabalhadores rurais tinham seu peso proporcionalmente aumentado no conjunto da PEA: abrangendo 20% da PIA gaúcha, na PEA passavam a representar quase 25%. O percentual sobe novamente quando se toma, dentre os economicamente ativos, apenas o universo dos ocupados: já que o desemprego é mais baixo nas zonas rurais, os trabalhadores dessas zonas representavam 26,28% do total de ocupados no Estado.

Os indicadores de 1997 explicitam a baixa escolaridade da população do Estado: apenas 33,34% da PIA tinham concluído oito anos de estudo — o correspondente ao 1º grau — ou mais. Já que os indivíduos são considerados em idade ativa a partir dos 10 anos, idade na qual não se poderia esperar que houvessem atingido aquele nível de escolaridade, realizou-se um exercício de desconsiderar o intervalo populacional de 10 a 14 anos, constatando-se, então, que, dessa “PIA corrigida”, 37,83% tinham, pelo menos, o 1º grau completo. Tomando-se o indicador pelo reverso: em 1997, 62,17% dos gaúchos com idade igual ou superior a 15 anos não haviam concluído sequer oito anos de estudo.

Mantendo-se o corte etário no intervalo de 15 anos ou mais, o grupo dos inativos, como demonstra a Tabela 3, tem o mais baixo percentual de indivíduos com o 1º grau completo (ou escolaridade mais elevada). Chama atenção o fato de que, dentre os desempregados, a participação daqueles que têm pelo menos oito anos de estudo completos é superior à que se verifica no conjunto dos ocupados, o que parece desautorizar uma associação direta entre nível de educação formal do indivíduo e inserção do mesmo no mercado de trabalho.

Tabela 3

Freqüência e percentual dos indivíduos com 15 anos ou mais que concluíram ao menos oito anos de estudo, segundo a condição de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO	INDIVÍDUOS ECONOMICAMENTE ATIVOS			INATIVOS
		Total	Ocupados	Desempregados	
A - Número de indivíduos ...	7 064 968	5 186 986	4 832 815	354 171	1 877 781
B - Número de indivíduos com oito anos de estudo ou mais	2 672 382	2 054 549	1 898 323	156 226	617 833
% B/A	37,83	39,61	39,28	44,11	32,90

FONTE: Tabela 1.

2 - A “distribuição” do desemprego segundo atributos dos trabalhadores

Os dados sobre desemprego em nível estadual têm na PNAD fonte praticamente exclusiva⁵ e restringem-se, assim, à categoria de desemprego aberto. A PNAD aferiu que 6,98% da PEA gaúcha se encontravam desempregados em 1997 (Tabela 4). Esse percentual expressa uma marcante ascensão, ao longo dos anos 90, do patamar de variação das taxas no Estado. Como termo de comparação, saliente-se que o índice mais elevado de desemprego apurado pelo IBGE para o Rio Grande do Sul entre 1981 e 1990 se verificou em 1983, quando atingiu 4,2% da PEA. A taxa média anual, naquele decênio, foi de 3,0%.

Em 1997, o desemprego atingia 8,98% das mulheres economicamente ativas, taxa bastante superior à verificada entre os homens (5,43%). Dessa forma, 56,17% das pessoas desempregadas eram do sexo feminino.

O desemprego também se manifestava desigualmente segundo a idade dos indivíduos. Tomando-se como referência as faixas de idade que a PNAD utiliza para suas tabulações, constata-se que os indivíduos de 30 a 39 anos eram os que maior **participação** ostentavam, **no contingente** de desempregados (20,34%). Seguiam-se, com percentuais bastante próximos, a faixa de 20 a 24 anos e a de 15 a 17 anos — que abarcavam 16,76% e 16,62%, respectivamente, dos trabalhadores desempregados no Estado. É ocioso ressaltar que se trata de intervalos de extensão diferente, o primeiro abrangendo 10 anos da distribuição etária; o segundo, cinco; e o terceiro, três. Quando se comparam intervalos equivalentes, de 10 anos, o grupo que representava a maior parcela do desemprego no mercado de trabalho gaúcho era o de indivíduos entre 10 e 19 anos, que totalizava 33,14% do conjunto de desempregados. O intervalo seguinte, dos trabalhadores de 20 a 29 anos, englobava 27,77% dos desempregados, e a participação de cada intervalo etário seguia decrescendo à medida que aumentavam as idades, até atingir 2%, que é quanto representavam, em 1997, os indivíduos de 60 anos ou mais, no conjunto dos desempregados do Rio Grande do Sul.

⁵ A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) — convênio FEE, Dieese e FGTAS — restringem-se à Região Metropolitana de Porto Alegre. A RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), por sua vez, mesmo que compeutem os desligamentos, possibilitando caracterizar o perfil dos demitidos, não permitem investigar se, e de que forma, os trabalhadores que deixam um emprego formal se repositonam no mercado de trabalho (se passam para a inatividade ou se persistem nesse mercado como desempregados, trabalhadores sem carteira, autônomos ou, mesmo, em outro vínculo formal — já que os indivíduos não são identificados, na forma como a base é disponibilizada).

Tabela 4

Grupos de indivíduos economicamente ativos segundo atributos pessoais, percentual do grupo que se encontra desempregado e percentual que o grupo representa no total de desempregados, no RS — 1997

ATRIBUTOS PESSOAIS	% DO GRUPO QUE SE ENCONTRA DESEMPREGADO	% QUE O GRUPO REPRESENTA NO TOTAL DE DESEMPREGADOS
TOTAL	6,98	100,00
Sexo		
Homens	5,43	43,83
Mulheres	8,98	56,17
Idade		
De 10 a 14 anos	11,31	5,51
De 15 a 17 anos	22,04	16,62
De 18 e 19 anos	16,64	11,01
De 20 a 24 anos	10,48	16,76
De 25 a 29 anos	6,89	11,01
De 30 a 39 anos	5,41	20,34
De 40 a 49 anos	4,14	12,23
De 50 a 59 anos	3,06	4,54
De 60 anos ou mais	1,93	2,00
Situação do domicílio		
Urbano	8,79	94,66
Rural	1,50	5,34
Escolaridade		
Sem instrução e menos de 1 ano	7,80	5,99
De 1 a 3 anos	5,64	10,40
De 4 a 7 anos	6,66	41,30
De 8 a 10 anos	10,46	23,76
De 11 a 14 anos	6,78	15,63
De 15 anos ou mais	2,52	2,28
Não determinados e sem declaração	20,19	0,63

FONTE: Tabela 1.

A evidência de que o desemprego atinge de forma mais acentuada a população jovem se torna mais clara quando se considera — mais do que a participação que os grupos etários ostentam no universo dos desempregados — **a parcela do próprio grupo** que, sendo economicamente ativa, **se encontra na condição de desemprego** — vale dizer, à procura de ocupação, não tendo realizado qualquer trabalho no período de referência. Esse indicador, que equivaleria a uma “taxa de desemprego” por faixa de idade, mostra contrastes acentuados. O destaque são os indivíduos entre 15 e 17 anos: 22,04% daqueles que integravam o mercado de trabalho se encontravam desempregados em 1997. Bastante elevada era, também, a taxa de desemprego entre os jovens de 18 e 19 anos (16,64%), que atingia mais do que o dobro da taxa média. Dos trabalhadores com idade entre 10 e 14

anos, 11,31% estavam desempregados em 1997, percentual significativamente superior à taxa do mercado de trabalho em seu conjunto. Na medida em que se evidenciam as dificuldades de inserção ocupacional dos jovens, merece ser enfatizada a dupla penalização dos menores de idade, que, além de um ingresso precoce no mercado de trabalho, se posicionam nele muito fragilmente, sendo em larga parcela atingidos pelo desemprego aberto.

No que diz respeito à escolaridade, agrupando-se os indivíduos segundo faixas de anos de estudos que completaram, observa-se que, de forma geral, o percentual que cada uma dessas faixas apresentava na distribuição do desemprego não marcava discrepância importante no cotejo com a participação dessas mesmas faixas na composição da PEA. Essa relativa paridade implica que as taxas de desemprego por faixa de anos de estudo mostram menor dispersão do que as verificadas por intervalos de idade. A faixa de indivíduos que haviam concluído de oito a 10 anos de estudo era aquela mais penalizada, relativamente, pelo desemprego (que atingia 10,46% do grupo), superando, inclusive, a dos “sem instrução e (com) menos de um ano de estudo”, na qual 7,80% dos trabalhadores se encontravam desempregados. Trabalhadores que haviam completado entre 11 e 14 anos de escolaridade (tendo, portanto, ao menos o 2º grau completo) apresentavam uma taxa de desemprego (6,78%) bastante próxima à média do mercado de trabalho (6,98%). Diferencial positivo relevante pode ser verificado apenas no grupo dos indivíduos que haviam concluído 15 anos de estudo ou mais (o que pode ser associado à obtenção de diploma de nível superior): nessa faixa, apenas 2,52%, dentre os economicamente ativos, se encontravam desempregados, percentual inferior a um terço da taxa de desemprego do agregado do mercado de trabalho.

O desemprego, como atesta a Tabela 4, demonstra-se um fenômeno essencialmente urbano: 94,66% dos desempregados do Estado residem em zonas urbanas, no conjunto das quais a taxa de desemprego atinge 8,79% da PEA. Entretanto, quando se considera que a metodologia do IBGE apura somente o desemprego aberto, essa informação merece ser matizada, o que implica algumas considerações sobre a “natureza” das ocupações que caracterizam os diferentes segmentos do mercado de trabalho.

3 - Posição na ocupação: aproximação da “qualidade” dos postos de trabalho

Se, nas zonas rurais, apenas 1,50% dos trabalhadores são classificados como desempregados, deve-se ter presente que, nelas, uma parcela **majoritária** dos ocupados trabalha sob formas que se afastam do padrão das relações

de trabalho tipicamente capitalistas. Tomando-se a posição na ocupação dos trabalhadores de atividades **agrícolas** como aproximação à realidade das áreas **rurais**⁶, constata-se que 34,27% desse contingente constituem-se de trabalhadores **não remunerados**. Os “trabalhadores na **produção para o próprio consumo**” — categoria que somente em 1992 a PNAD passou a computar, ao dimensionar a PEA — representam, por sua vez, 22,9% dos ocupados nessas atividades (Tabela 5). Assim, 57,17% da força de trabalho ocupada em atividades agrícolas concentram-se em duas posições na ocupação, que se definem por relações sociais não mercantilizadas. Poder-se-ia mesmo questionar se uma definição rigorosa de **mercado** de trabalho abriga confortavelmente categorias ocupacionais como essas.

Tabela 5

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS — 1997

(%)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL	AGRÍCOLA	NÃO AGRÍCOLA
Empregados	47,84	12,05	60,18
Trabalhadores domésticos	6,91	0,00	9,63
Conta própria	22,59	27,21	20,91
Empregadores	4,89	3,56	5,44
Não remunerados	11,53	34,27	3,53
Trabalhadores na produção para consumo próprio	6,01	22,90	0,00
Trabalhadores na construção para uso próprio	0,23	0,00	0,33
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTES: PNAD-IBGE.

⁶ Reconhece-se a limitação desse recurso. Nas palavras de Graziano da Silva, “(...) está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso, que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (...) a agricultura — que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno — se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos” (SILVA, s.d., p.1).

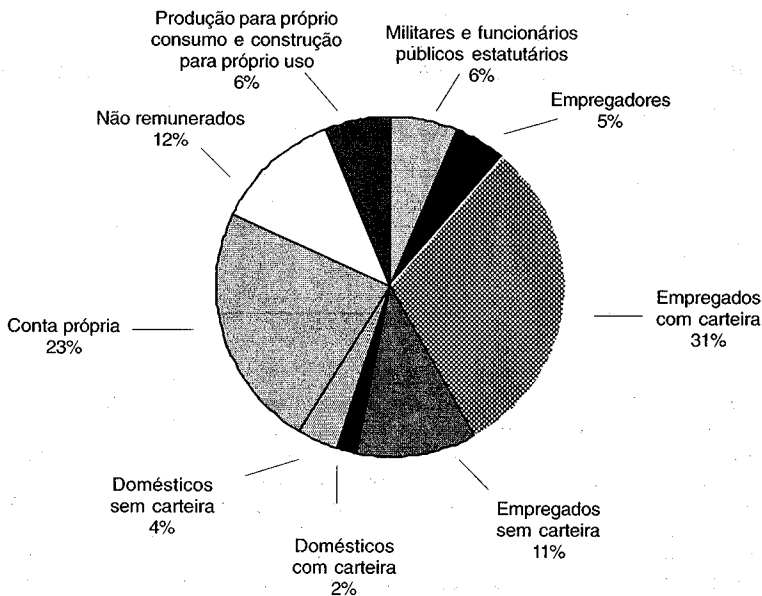
Essas considerações, primeiramente motivadas pelo diferencial nas taxas de desemprego urbana e rural, desembocam na análise do perfil da ocupação que caracteriza o mercado de trabalho gaúcho em seu conjunto. Conforme foi destacado anteriormente, o assalariamento — excluído o emprego doméstico — com vínculo de trabalho formalizado abarca, aproximadamente, uma terça parte do universo de ocupados que a PNAD permite dimensionar.

As feições da ocupação no Estado, ao final da década de 90, evidenciam, de forma aguda, características históricas do mercado de trabalho brasileiro — heterogeneidade e precariedade, em especial.

Somadas, as posições na ocupação que são tradicionalmente consideradas precárias — empregados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos, autônomos (conta própria), não remunerados, trabalhadores na construção para o próprio uso e na produção para o próprio consumo — atingiam, em 1997, um percentual de participação de 58% do universo de ocupados no mercado de trabalho rio-grandense (Gráfico 1).

Gráfico 1

Trabalhadores ocupados, segundo a posição na ocupação, no RS — 1997



FONTE: PNAD-IBGE.

O perfil da ocupação é bastante diferenciado conforme os ramos⁷ e setores de atividade econômica. Após a clivagem entre as atividades agrícolas e não agrícolas apresentada na Tabela 5, é interessante observar os dados com um grau maior de desagregação setorial. Há que advertir, entretanto, que a forma como a PNAD é disponibilizada não contempla, quando os dados são abertos segundo as atividades econômicas, todas as categorias que compõem as posições na ocupação. Um exemplo — que tem implicações importantes — é que não se podem distinguir, entre os assalariados (empregados), aqueles que têm carteira de trabalho assinada dos que não a têm.

Até por isso, e tendo em vista a dimensão que o fenômeno do desassalariamento vem tomando nos mercados de trabalho, bem como na bibliografia a respeito, a Tabela 6, além de consolidar a distribuição do **conjunto** dos ocupados segundo os ramos de atividade do trabalho principal, destaca, desse total, o contingente de **empregados**⁸, permitindo chegar a uma relação que indica, para cada ramo, o percentual de trabalhadores ocupados que se encontra em posto de trabalho assalariado.

Tomando-se os dados relativos à ocupação em geral, em 1997 os serviços, entre os setores de atividade, respondiam pela absorção de maior parcela (33,0%) da força de trabalho estadual. O setor agrícola colocava-se na segunda posição, abarcando 26,2% dos ocupados. A seguir, a indústria, em seu conjunto, atingia um percentual pouco inferior (23,23%), o qual se reduzia para 16,35%, se considerado apenas o ramo da indústria de transformação.

Quando se “recortam”, do contingente ocupado, apenas os **empregados** — excetuado o trabalho doméstico, mas incluídos os vínculos sem carteira de trabalho —, constata-se que 47,8% das pessoas que trabalhavam no Estado eram, em 1997, assalariadas. E a distribuição setorial desses indivíduos comportava-se de forma bastante diferente da do conjunto de ocupados: a indústria era o setor com maior número de empregados (35,7% do total), seguida dos serviços (32,8%). A terceira colocação pertencia ao comércio de mercadorias, que abrangia 13,3% dos assalariados gaúchos.

As discrepâncias nos dois *rankings* — participação dos setores na ocupação total e participação dos setores nos vínculos de emprego — expressam que as relações de trabalho se constituem com padrões bastante diferenciados, conforme a atividade econômica. O percentual de trabalhadores ocupados que

⁷ Acompanha-se, aqui, a nomenclatura da PNAD.

⁸ Não se incluem, para os fins dessa análise, os trabalhadores domésticos, apresentados na PNAD como uma categoria específica de posição na ocupação.

se encontravam empregados em 1997 era de apenas 12,5% no setor agrícola, enquanto atingia 99,4% na administração pública. Afora este último setor, institucionalmente bastante diferenciado do ponto de vista do mercado de trabalho, a indústria era o setor com mais alto grau de assalariamento de sua força de trabalho (73,48%). Dentre os ramos da indústria, o que mais ocupa, a indústria de transformação, tinha 83,1% de seus trabalhadores na condição de empregados. A média do setor era rebaixada pelo padrão das relações de trabalho na construção civil, ramo em que o percentual de ocupados assalariados caía para 46,1% (vale lembrar que se estão tomando tanto os vínculos formais quanto informais de emprego).

Tabela 6

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por ramos de atividade do trabalho principal, no RS — 1997

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL DOS OCUPADOS		ASSALARIADOS		ASSALARIADOS/OCUPADOS (%)
	Pessoas	%	Pessoas	%	
Agrícola	1 309 642	26,22	157 777	6,60	12,05
Indústria de transformação	816 395	16,35	678 111	28,38	83,06
Indústria da construção	296 785	5,94	136 709	5,72	46,06
Outras atividades industriais	46 859	0,94	37 601	1,57	80,24
Indústria (total)	1 160 039	23,23	852 421	35,68	73,48
Comércio de mercadorias	572 629	11,46	317 282	13,28	55,41
Prestação de serviços	870 113	17,42	218 992	9,17	25,17
Serviços auxiliares das atividades econômicas	187 911	3,76	88 057	3,69	46,86
Transporte e comunicações ...	170 112	3,41	114 728	4,80	67,44
Social	420 132	8,41	362 916	15,19	86,38
Serviços (total)	1 648 268	33,00	784 693	32,84	47,61
Administração Pública	204 587	4,10	203 259	8,51	99,35
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	99 453	1,99	73 924	3,09	74,33
TOTAL	4 994 618	100,00	2 389 356	100,00	47,84

FONTE: PNAD-IBGE.

NOTA: As tabulações da PNAD apresentam somente "ramos" de atividade. Procurou-se aqui agrupar esses ramos para compor setores (em negrito na tabela). Em alguns casos (agrícola, administração pública e comércio de mercadorias), tomou-se como equivalente a setor um único ramo. Em outros (indústria e serviços), agregaram-se diferentes ramos.

Da força de trabalho ocupada no comércio de mercadorias, 55,4% eram empregados, percentual superior ao que se verificava no agregado do mercado de trabalho gaúcho (47,8%). Essa média de todos os setores, por sua vez, é praticamente idêntica à que se verifica no setor serviços, em que 47,6% dos trabalhadores eram assalariados em 1997. Os quatro ramos dos serviços ostentam

tam grande diversidade. A prestação de serviços era aquele que abarcava, em 1997, o maior contingente de trabalhadores (17,4% dos ocupados do Estado, ou 52,8% dos do setor). Entretanto sua participação no contingente de assalariados reduz-se para 9,2%, consideradas todas as atividades econômicas, e para 27,9% no universo dos serviços. Esse ramo — em que, no Estado, apenas 25,2% dos ocupados eram empregados em 1997 — é, historicamente, no mercado de trabalho brasileiro, um dos segmentos mais associados às posições precárias.

A situação que mais contrasta com a da prestação de serviços, dentro do setor, é a do ramo social. Embora ocupando menos da metade do contingente de trabalhadores do primeiro, esse ramo é superior no número absoluto de empregados, abrangendo, em 1997, 15,2% do total de assalariados do Estado e 46,2% dos do setor serviços.

4 - Uma menção aos rendimentos

Finalizando esta sumária abordagem de dados gerais do mercado de trabalho gaúcho, merece atenção a distribuição dos ocupados por estratos de rendimento. Optou-se por abordá-la, aqui, articulando-a com a escolaridade dos trabalhadores, já que a correlação entre as duas variáveis é bastante evidente. De uma tabulação em que foram desconsiderados os registros lacunares (“sem declaração” ou “não determinados” em qualquer uma das duas variáveis), resultou o Gráfico 2.

Em 1997, os trabalhadores sem remuneração (892 mil indivíduos) representavam, aproximadamente, 18% do conjunto dos ocupados. Somando-se a eles os que auferiam menos de um salário mínimo, constata-se que praticamente um terço dos cidadãos que trabalhavam no Estado não atingiam sequer remuneração equivalente ao piso salarial legal.

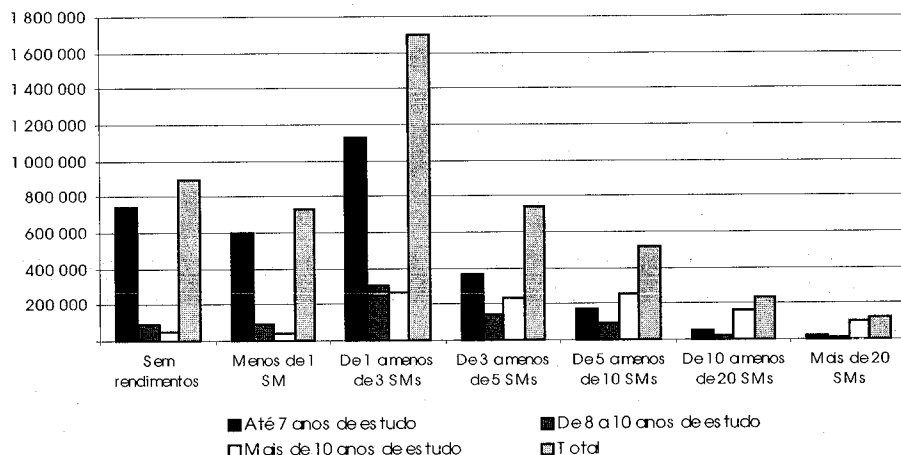
Outra parcela quase equivalente (34,5%) dos ocupados concentrava-se no intervalo de rendimentos superiores a um salário mínimo e inferiores a três. Cabe salientar que esse dado se refere aos valores que o indivíduo auferia em todas as suas atividades, não apenas no trabalho principal.

A partir do patamar de três salários mínimos, as faixas de rendimento, à medida que se elevavam, iam perdendo participação: recebendo mais de três até cinco salários mínimos, computavam-se 14,9% dos ocupados do Estado; mais de cinco até 10 salários mínimos, 10,5%; mais de 10 até 20, apenas 4,72%. Por fim, os que auferiam rendimentos totais superiores a 20 salários mínimos representavam 2,5% dos ocupados (122.455 indivíduos).

Como o Gráfico 2 permite observar, a distribuição dos ocupados por estrato de rendimento é altamente diferenciada em função do número de anos de estudo que os indivíduos completaram. Utilizando-se intervalos amplos de escolaridade como recurso de simplificação, constata-se que 83,46% dos ocupados não remunerados tinham até sete anos de estudo. Em contraste, dentre os que recebiam mais de 20 salários mínimos, os indivíduos dessa faixa de escolaridade representavam apenas 12,8%.

Gráfico 2

Ocupados por grupos de anos de estudo, segundo classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, no RS — 1997



FONTE: PNAD-IBGE.

Destacando-se o outro extremo, observa-se que os indivíduos com mais de 10 anos de estudo completos (11 de escolarização ou mais, o que equivale ao 2º grau) — cuja participação no total de ocupados era de 22,9% em 1997, conforme a Tabela 2 — representavam 49,5% dos trabalhadores com rendimentos superiores a cinco e iguais ou inferiores a 10 salários mínimos. No estrato de rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos, sua participação era ainda mais elevada, atingindo 69,2%; por fim, quando se toma o contingente dos ocupados

que auferiam mais de 20 salários mínimos, 79,2% de seus integrantes pertenciam a essa faixa de escolaridade mais elevada.

Mesmo que, aqui, sumariamente esboçada, é consensualmente aceita uma correlação positiva entre nível de escolaridade do indivíduo e qualidade de sua inserção no mercado de trabalho. Não se tematizarão, neste trabalho, os controversos desdobramentos analíticos dessa evidência — que gravitam, especialmente, em torno da possibilidade de tomar a educação como fator capaz, em si mesmo, de dinamizar e melhorar as condições gerais do mercado de trabalho. Como uma evidência que ajuda a problematizar interpretações unívocas, podem-se retomar os mesmos dados que serviram de base ao Gráfico 2 e destacar que, dentre os ocupados que tinham o 2º grau completo em 1997, mais da metade obtinha rendimentos inferiores a cinco salários mínimos; apenas 23,3% auferiam mais do que 10 salários mínimos. Em uma estratificação relativamente agregada, percebe-se que mesmo os segmentos melhor posicionados enfrentam, na média, condições que dificilmente podem ser celebradas.

Considerações finais

Em grandes linhas, a face que resulta dessa breve análise dos dados da PNAD/97 é a de um mercado de trabalho heterogêneo e precário. A partir dos anos 80, o dilema do mercado de trabalho brasileiro é o de ter interrompido (e, em seguida, começado a reverter) uma trajetória de gradativa inclusão, a qual, embora viesse sendo efetiva entre os anos 30 e os anos 70, deixava ainda — e deixa, hoje, ainda mais — largas parcelas da População Economicamente Ativa desguarnecidas das referências mínimas das relações de trabalho capitalistas.

Os elevados — e crescentes — percentuais de trabalhadores desempregados, de ocupações não remuneradas, de assalariamento sem vínculo oficial reconhecido ou de auto-emprego (caracteristicamente de baixa qualidade), ao lado de traços como o reduzido nível de escolaridade da PEA, as elevadas taxas de participação dos menores no mercado de trabalho ou os baixos rendimentos, conformam um quadro que sintetiza e reproduz graves problemas sociais.

Bibliografia

- DE TONI, Míriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1998). Emprego. In: **Projeto RS 2010**. Porto Alegre : SCP/ FEE/ METROPLAN.
- SILVA, José Graziano da (s.d). **O novo rural brasileiro**. (mimeo).